

Editorial

AO SABOR
DO ACASO

Os nomes, as idades e as datas do desaparecimento aparecem em impressos afixados no interior dos ônibus e nas contas de luz e água enviadas à população. E é só, basicamente, o que a sociedade fica sabendo sobre o que está sendo feito para encontrar as pessoas desaparecidas.

Por trás desses lacônicos comunicados, desenrola-se uma enorme tragédia social e humana. O TEMPO do último domingo conta alguns casos. Nos últimos três anos, 7.000 pessoas desapareceram no Estado. Gente de todas as idades, mas principalmente crianças e jovens.

Entre 2015 e 2016, os indivíduos com idades entre 0 e 17 anos eram 43% do total. A maioria era constituída de meninas: 5.196, contra 2.764 meninos. Mas entre os desaparecidos há também um número expressivo de pessoas idosas e outras com problemas mentais.

O Estado tem apenas uma delegacia especializada nesse tipo de ocorrência, localizada em Belo Horizonte. Nos outros 852 municípios do Estado, o atendimento é feito por repartições da Polícia Civil e da Polícia Militar. Nessas condições, a capital merece uma distinção.

Até 2013, os registros eram feitos em papel. Desde 2014, os novos casos são postados no site da delegacia, que hoje ostenta cerca de 400 registros de desaparecimentos só em Belo Horizonte. Para atender essa demanda, a delegacia tem 13 investigadores e duas delegadas.

Se cuidassem só dos desaparecimentos de crianças e jovens na capital, cada investigador teria a seu encargo 25 casos. A polícia procura agir imediatamente ao registro do sumiço, mas depois amolece. Porém, o caso não sai nunca de pauta, dependendo do surgimento de novas pistas.

A lei não considera o desaparecimento um crime. Este já recebe pouca investigação do Estado. Depende da condição social da vítima ou do autor. O maior investimento é centrado na polícia ostensiva. Os desaparecimentos estão em último lugar na lista de prioridades.

Humildes, os familiares de desaparecidos detectam isso quando reclamam da pouca atenção com que são atendidos pelas autoridades.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Marina Medioli
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães

GERENTE COMERCIAL
Alessandra Soares

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE DE MARKETING
Monique Araki

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

GERENTE DE ASSINATURA
Fernanda Rodrigues

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida

Economia: Karlon Aredes

Magazine: Milton Luiz

Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla

Política: Ricardo Corrêa

Esportes: Denner Taylor

Cidades: Marina Schettini

Primeira: Frederico Duboc

Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke



www.dukechargista.com.br

DUKE



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

Carnes adulteradas, segurança
alimentar e recolonização do país

As artimanhas do capitalismo para dar vazão a suas ganâncias

Desconhecemos todos os elementos que originaram a operação da Polícia Federal Carne Fraca, no último dia 17, motivada pela denúncia do auditor fiscal federal agropecuário Daniel Gouvêa Teixeira de que carnes estragadas e fora de padrão eram vendidas por frigoríficos da região de Curitiba, cuja fiscalização está sob comando do PMDB!

Corrupção no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para fazer “vista grossa” quanto à segurança alimentar é antiga, tanto que o denunciante, declarou: “Não adianta pensarmos que toda carne vendida no Brasil é ruim, que toda a fiscalização é corrupta, porque isso é mentira. Nosso produto é muito bom, e é por isso que somos destaque na importação. Não vamos criar algo que não existe”.

Carne fraca, segundo a operação, é carne adulterada pelo uso de carcaça e cartilagem no lugar da carne convencional; e uso de carnes vencidas, chamadas “carnes verdes”, lavadas com produtos químicos em quantidade superior ao permitido por lei, como o ácido ascórbico (vitamina C). A terminologia “carne verde”, no lugar de “carne vencida ou podre” (que não são a mesma coisa), joga por terra um linguajar do médio sertão maranhense, onde “carne verde” significava carne novíssima, fresquinha...

Fiquei chocada com a notícia das carnes podres e demais fraudes por dois motivos. O primeiro, pelo Brasil -- somos o segundo exportador mundial de carnes, logo um setor vital da economia; e o segundo, por mim -- sou carnívora habitual e não gosto de carnes ve-

lhas (congeladas). Sou bisneta e neta de vaqueiros que se tornaram donos de um gadinho pé-duro no sertão por muitas gerações.

Meu avô virou também açougueiro, depois boiadeiro e, a cada dois meses, matava um garrote para consumo da família. Sem geladeira, a carne virava carne de sol, carne seca e carne de lata -- assada ou frita na panela e conservada em latas na gordura de porco, que dura até seis meses, o célebre “confit” dos franceses... Fora as leitões e os “capados” gordos, cabritos e galinhas do terreiro...

Até onde as forças interessadas na transformação do Brasil numa colônia estão envolvidas na desacreditação da carne brasileira?

Meus hábitos alimentares são muito sertanejos ainda: aprecio as carnes desidratadas e as frescas, sem nem passar pela geladeira! O sabor da carne fresca é um, e o da resfriada ou congelada é outro!

Conforme Miguel do Rosário: “Se a PF identificou, há mais de dois anos, que havia problemas no mercado de carne, deveria ter alertado o governo, as empresas e os cidadãos, para que ninguém tivesse prejuízo. A PF encontrou problemas em 21 empresas, num total de quase 5.000, e suspeita de crimes praticados por 33 servidores num universo de 11 mil funcionários do Ministério da Agricultura” (“Considerações e estatísticas sobre a operação Carne Fraca”, 19.3.2017).

A surreal mistura de “papelão” às carnes foi um “mal-entendido” da PF. Era a fala de um executivo sobre embalagem! E acarretará a perda de “vários bilhões de dólares a nossa economia”. Luis Nassif, em “Ação da PF contra setor de carnes ocorre após Brasil conquistar mercado nos EUA”, destaca a “coincidência” (?) de que a PF investigava havia dois anos e só publicizou “no momento em que o Brasil vinha abrindo mercado no plano internacional” (17.3.2017).

Os negócios no capitalismo não são oratórios nem casas de caridade, e lançam mão de uma série de artimanhas para dar vazão a suas ganâncias, até mesmo ignorando questões de biossegurança, segurança alimentar e nutricional. Devem ser punidos! Mas até onde as forças interessadas na transformação do Brasil numa colônia norte-americana estão envolvidas na desacreditação da carne brasileira?

